

Tumulto é natural, diz Arinos

Carlos Menandro

Marcondes Sampaio

Os incidentes que ocorreram no plenário e nas galerias da Constituinte, quinta-feira passada, em nada comprometem os trabalhos da



Assembleia e não devem servir de pretexto para sanções contra os parlamentares envolvidos nem para novas limitações ao acesso do povo ao Congresso. Esse é o pensamento do senador Afonso Arinos, que presidiu a Comissão de Sistematização e que, em entrevista ao *Jornal de Brasília* demonstrou, em várias afirmações, encarar com naturalidade as pressões populares sobre a Constituinte e mesmo os tumultos provocados por parlamentares.

«Estou idoso demais (82 anos) para reprimir a minha inclinação para o povo. A Constituição é o retrato do Brasil e como tal deve ser encarada» — disse o senador pefelista, ao manifestar o propósito de votar, em plenário, a favor de dispositivos que ampliem os direitos dos trabalhadores, a exemplo dos referentes à estabilidade e à redução da jornada de trabalho.

No caso da estabilidade, Arinos explicou que sua posição não é «necessariamente» a mesma aprovada pela Comissão de Sistematização, mas está aberto ao exame de formas capazes de garantir o emprego do trabalhador, considerando «absurdo» o grau de rotatividade de mão-de-obra no Brasil.

Só segurança

O senador pefelista não teme o agravamento da imagem dos políticos, em razão dos episódios da semana passada, considerando que os legisladores refletem o que é a sociedade e que incidentes podem ocorrer em qualquer organização. Ele também recusa consistência à alegação de alguns parlamentares, segundo a qual existe um contraste entre uma pretensa tolerância do Congresso brasileiro em relação às galerias, inversamente a rígidos controles atribuídos aos parlamentos da Europa.

«Em outros países também é livre o acesso às galerias. Não vejo motivo para se limitar o acesso do povo. Apenas devem ser adotadas medidas capazes de assegurar a integridade física dos parlamentares. Em caso de perturbação, basta esvaziar as galerias, mas nunca criar dificuldades ao acesso do povo (um dos controles estabelecidos pela Mesa da Constituinte prevê que só terão acesso

às galerias pessoas portadoras de senhas distribuídas pelos partidos, além da limitação ao acesso de populares aos salões que circundam o plenário).

Observou Afonso Arinos que, «de propósito», passou entre os manifestantes que estiveram nas galerias quinta-feira, quando eles desceram para os salões do Congresso, e, mesmo reconhecido por alguns, não sofreu qualquer hostilidade.

Quanto ao incidente entre os deputados Juarez Antunes (PDT-RJ) e Gilson Machado (PFL-PE), na disputa pelo uso de um microfone — Juarez levou um soco no olho — Afonso Arinos disse que via «a coisa mais pelo lado cômico do que dramático» e lembrou haver testemunhado atritos parecidos no Palácio Tiradentes, sem que tenham resultado em consequências políticas.

Conflitos e entrecosques pessoais — acrescentou — fazem parte não só da história parlamentar brasileira, mas também de parlamentos da Europa, como os da Itália e da Espanha.

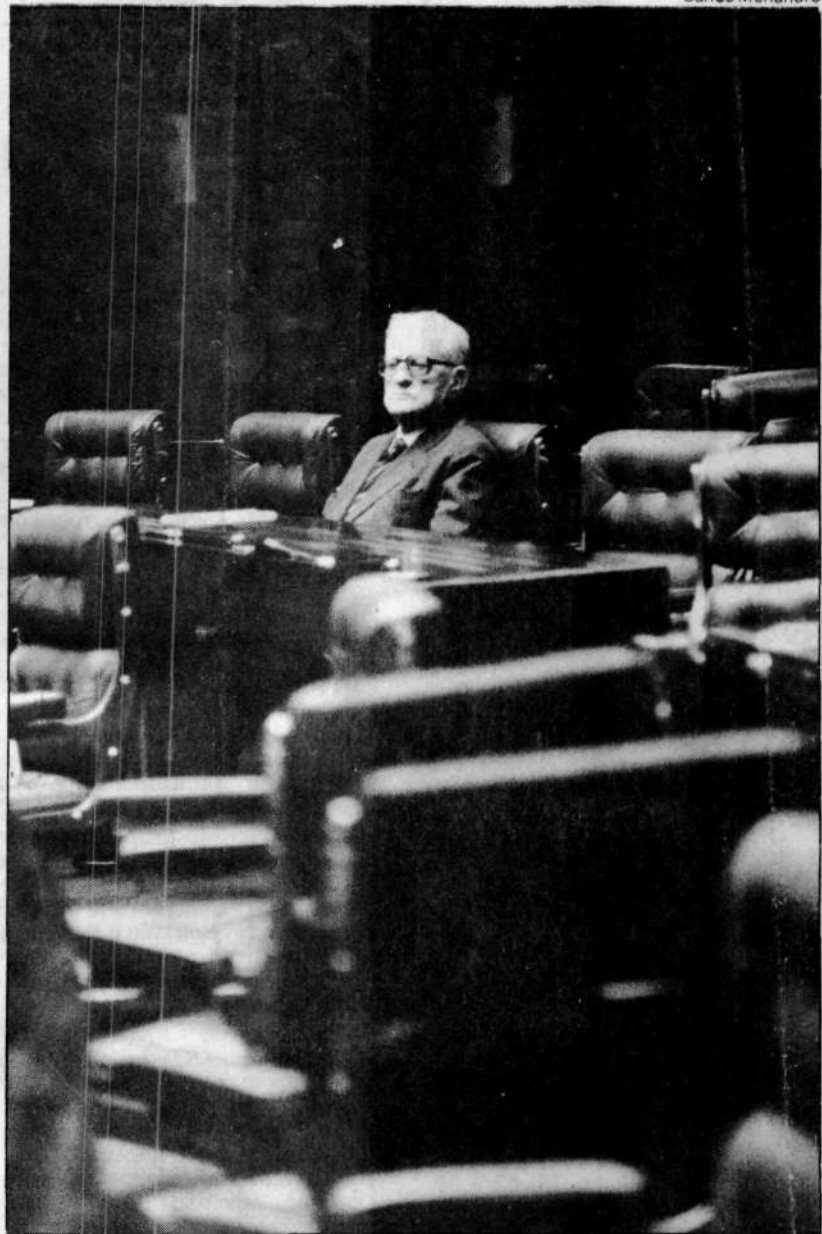
Dúvida

Afonso Arinos evitou uma resposta direta a respeito das versões que indicam a sua disposição de renunciar ao mandato depois de concluídos os trabalhos da Constituinte.

«Tenho dúvidas. Fico hesitante, porque a votação que obtive no Rio de Janeiro me impõe, certas obrigações. Mas, terminadas as obrigações na Constituinte, terei mais o direito de ser velho, de escolher as opções. Ficar preso em Brasília, em certo sentido é uma honra, a não ser...

Após as reticências, o senador completou o raciocínio com a afirmação de que a derrota do parlamentarismo (e consequente manutenção do presidencialismo) faria com que ele se desinteressasse da vida parlamentar. Perguntado se a aprovação desse sistema contribuiria mais para a sua permanência no Congresso, Arinos respondeu positivamente e lembrou que Rui Barbosa, mesmo não tendo sido muito frequente no Senado, foi um político que prestou grandes serviços ao País.

Lembrando que a República brasileira é produto de uma «elite militar e positivista» que a proclamou, o senador pefelista salientou que por isso o presidencialismo no Brasil «nasceu com um destino ditatorial, não tendo sido possível a formação, aqui, de um Judiciário com um papel institucional da significação da que é exercida pela Suprema Corte dos Estados Unidos, por ele comparada a uma «Constituinte permanente»



O senador defende a ampliação dos direitos dos trabalhadores

Em defesa do parlamentarismo

Partidário do parlamentarismo, Arinos citou as diferenças entre os sistemas de governo, e defendeu que, com esse sistema, a discussão de temas de interesse nacional, como a negociação da dívida externa, seria mais democrática e aberta, e não, como agora, envolvendo «apenas cinco ou seis pessoas».

Com a ressalva de que não pretendia julgar o governo Geisel, o senador citou como exemplo dos comportamentos «ditatoriais» do presidencialismo a construção de obras que interessavam a todo o País mas que apesar disso não foram debatidas pela sociedade, como a construção da usina de Itaipu, a Ferrovia do Aço e o programa nuclear.

Ao se referir a esse programa, Afonso Arinos manifestou sua posição contrária à produção de uma bomba atômica nacional e à ideia de «Brasil potência», declarando-se disposto a votar a favor de qualquer proposta que proíba a fabricação da bomba brasileira.

«Tenho a esperança de que com a nova posição da usina soviética, pretendida por Gorbachev, as coisas mudem e fique demonstrado, de uma vez por todas, que a corrida nuclear não faz sentido» — disse o senador, embora reconhecendo que dificilmente ocorrerá um verdadeiro desarmamento nuclear entre as grandes potências.